

# Presidente do STF diz que Judiciário não burlou plano

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Octávio Gallotti, contestou ontem as reclamações do ministro da Administração Federal, Romildo Canhim, e negou que o Judiciário tenha burlado o plano econômico. De acordo com Gallotti, a conversão dos vencimentos em URV com base de cálculo no último dia útil dos quatro últimos meses, conforme determinou a MP 434, aplica-se exclusivamente ao Executivo. O ministro argumentou que a única forma para que a regra alcançasse também Judiciário, Legislativo e Ministério Público seria mudar a Constituição:

— Não se pode falar em ganho algum para os membros e servidores do Poder Judiciário em virtude de adoção do dia 20 de cada mês como base da conversão em URV.

Uma diferença básica foi apontada pelo presidente do

STF: o cronograma de pagamento dos servidores. Para o Poder Executivo, o pagamento é feito no segundo dia útil do mês imediato e por isso a data-base para cálculo da média de conversão foi fixada pela MP 434, segundo Gallotti, no último dia do mês. Já no Judiciário, o pagamento se realiza no segundo dia útil após o dia 20.

Gallotti destacou que o calendário do Judiciário está diretamente vinculado ao artigo 168 da Constituição, pelo qual as dotações orçamentárias para pagamento de pessoal são repassadas até o dia 20. Pela explicação do ministro, o que o Supremo fez foi “evitar a perda de uma conversão incompatível com o sistema de pagamento vigente”.

Por último, Gallotti enfatizou que a decisão adotada em sessão administrativa no último dia 10 foi exatamente a mesma deliberada pela Câmara e Senado sete dias antes.